



MENINAS NEGRAS E O COTIDIANO NA ESCOLA

LIMA, Lucicleia de¹
cleiabrazil@live.com

JESUS, Lori Hack de²

Resumo

Este artigo é decorrente da pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso elaborado durante o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, concluído pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Esta pesquisa teve como objetivo principal levantar e compreender o cotidiano das meninas negras em uma escola pública no Município de Juara-MT. E os objetivos específicos que serão tratados neste artigo, são os seguintes: Observar as situações vivenciadas pelas meninas negras dentro do ambiente escolar; Identificar se as meninas negras são incentivadas por meio da ação pedagógica assumida pela escola a valorizar sua cor/raça. Para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa utilizamos, principalmente, os seguintes autores: Henriques (2001), Jaccoud & Beghin (2002), Andrade (2005), Cavalleiro (2010), Gomes (2005), Munanga (2004), dentre outros. Os dados que trazemos aqui foram coletados através da observação em uma sala de aula, entrevista com a diretora, coordenadoras pedagógicas e professoras e o grupo focal desenvolvido com as meninas negras da sala observada. A pesquisa mostra como os professores, coordenadores e direção da escola pesquisada trabalham com a lei 10.639/03, no espaço escolar e nas salas de aula. Conseguimos perceber através desta pesquisa, que as meninas negras passam por diversas situações de preconceito dentro da escola por serem negras e, que a questão da discriminação racial não tem sido trabalhada adequadamente neste espaço. Portanto, compreendemos que os professores necessitam de formação específica sobre a questão das relações raciais, e assim, serem sensíveis a essa situação e conseguirem se envolver mais no processo de educação de todos os integrantes da comunidade escolar, chegando à extinção do racismo na escola e em nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação, Racismo, Meninas Negras.

Introdução

As relações que se estabelecem entre as pessoas na sociedade brasileira são repletas de situações embaraçosas para alguns grupos de pessoas, considerados minorias. Um dos grupos que, comprovadamente, é discriminado em nossa sociedade é o grupo composto por pessoas negras. Sabemos ainda, que as mulheres também compõem um grupo que sofre este tipo de

¹ Pedagoga formada pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

² Professora no curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Possui Mestrado em Educação pela UFMT.



situação. E, quando a mulher é negra, ela sofre duplo preconceito, independente do lugar onde ela esteja e sua posição social.

Portanto, este estudo sobre as meninas negras, estudantes de uma escola pública e as situações do cotidiano que elas vivenciam nesse ambiente, é de grande relevância, pois buscou levantar as situações vivenciadas por elas naquele espaço e perceber se são respeitadas em sua individualidade.

Este estudo contribuiu muito com a minha formação acadêmica, pois o desejo de pesquisar sobre relações raciais surgiu na universidade, quando foram feitas discussões sobre a política de cotas raciais nas universidades. O despertar para a temática de relações raciais foi ocorrendo, tanto pelo desejo, quanto o motivo de ser eu uma mulher negra e, visa mostrar à comunidade escolar e juarense a realidade de meninas negras em sua vida escolar, pois a sociedade brasileira muito se orgulha por experimentar uma vivência racial muito democrática. Entretanto, diversas pesquisas têm mostrado uma realidade diferente dessa concepção de país da “democracia racial” ao analisar os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), como Henriques (2001) e Jaccoud & Beghin (2002), que discorrem sobre as desigualdades raciais que existem na sociedade brasileira, e mostram que em todos os indicadores sociais, os negros estão em situação de desvantagem.

Quando se trata da mulher negra, as pesquisas têm demonstrado que a situação é ainda mais grave, expondo a forma como são tratadas na área da saúde, da educação, do trabalho e outras. Kabeya (2010) ao estudar a história de vida de mulheres negras da Educação de Jovens e Adultos identifica que esta trajetória é mais acidentada para a mulher negra, devido aos diversos enfrentamentos que ela é obrigada a fazer ao longo do tempo de vida.

Como objetivo geral da pesquisa, temos: levantar e compreender o cotidiano das meninas negras em uma escola pública de Juara-MT. Para que o objetivo fosse alcançado o caminho percorrido foi a pesquisa qualitativa. Para o seu desenvolvimento, fizemos a fundamentação teórica devida, de acordo com a pesquisa bibliográfica inicial necessária. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola pública do município de Juara, através das técnicas de observação, entrevista com a diretora, coordenadoras pedagógicas e professoras e através do grupo focal. A observação foi realizada na sala de aula, nos corredores e no pátio da escola, em momentos diferentes, tais como no início e final das aulas, bem como nos



intervalos e nas aulas de educação física. E o grupo focal foi feito com duas meninas negras envolvidas nessa pesquisa.

Compreendemos, por fim, que as relações das meninas negras na sala observada são permeadas de conflitos. As observações realizadas sobre as relações estabelecidas, tanto com os professores, como com os colegas, mostram que as meninas negras não são respeitadas, recebem xingamentos e são excluídas dos grupos. Percebe-se ainda, que o trabalho dos professores carece de maior aprofundamento no que se refere às relações raciais, pois os diálogos e as conversas estabelecidas são pouco intensas, isto é, não ocorre o ensino sobre a cultura e a história africana e afro-brasileira tal como determina a lei 10.639/03. O trabalho pedagógico deve dar maior visibilidade às questões raciais, com a finalidade de contribuir com a valorização da identidade, tanto de crianças negras, como de crianças brancas, para que compreendam a necessidade de respeitar a todos, igualmente.

Os conceitos básicos nas relações raciais

As desigualdades raciais fazem parte do cenário brasileiro, até mesmo no campo da educação. A participação de negros em postos de maior prestígio social ainda é muito restrita. Essas práticas são decorrentes do pensamento racista que ainda permeia a nossa sociedade. De acordo com Jaccoud & Beghin (2002, p. 39), “O racismo é considerado uma ‘ideologia que apregoa a existência de hierarquia entre grupos raciais’, acredita-se que os brancos sejam superiores aos negros em razão de suas diferenças fenotípicas culturais e sociais”. Elas continuam, dizendo que o racismo é “uma maneira de justificar a dominação de um determinado grupo sobre o outro inspirado nas diferenças fenotípicas da nossa espécie”.

O termo ‘racismo’ é decorrente de ‘raça’, que segundo Munanga (2004), não foi criado para classificar os seres humanos, mas sim, plantas e animais. Posteriormente, foi utilizado para justificar a subjugação de povos considerados inferiores. Mesmo que se tenha comprovado que esta concepção não procede, isso ainda vem gerando conflitos na sociedade, porque ainda encontramos muitas pessoas com este mesmo olhar sobre aqueles que são pertencentes a classes sociais mais baixas e, principalmente, quando se referem às pessoas negras. Munanga (2004, p. 4) diz que “[...]a raça não é uma realidade biológica, mas sim,



apenas um conceito, aliás, cientificamente, inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem”. Apesar de ser comprovado geneticamente que não existem raças, no imaginário da nossa sociedade existe, sendo construídas por diferenças de cor de pele e traços fenotípicos.

As condições de vida do negro e do branco, na maioria das vezes, são marcadas pela desigualdade, como nos mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), pois as oportunidades para ambos não são as mesmas, isso ocorre em todos os campos seja ele na educação, saúde e até mesmo no mercado de trabalho.

A Constituição Brasileira (1988, p. 9), em seu Art. 5º diz que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança [...]”. Porém, vivemos em uma sociedade excludente onde o negro não é bem visto, onde o negro não está sendo respeitado como se deve, pois somente é valorizado o padrão de beleza onde as pessoas têm pele clara e cabelos lisos. Assim, no momento em que o negro procura emprego, na maioria das vezes, ele não é contratado, pois não tem o padrão de beleza exigido, e assim, um branco que é considerado superior, preenche a vaga. Isso não ocorre de forma explícita, pois como existem leis em que o racismo pode levar reclusão penal, as pessoas, na ocasião, o contratante, pode colocar alguma desculpa para o negro não ter conseguido a vaga, assim, o negro sempre fica com o trabalho que lhe resta, que na maioria das vezes, é o trabalho sem prestígio social.

Segundo Henriques (2001, p. 17): “A população negra concentra-se no segmento de menor renda *per capita* da distribuição de renda do país”. Podemos perceber que isso se dá pela falta de oportunidades, tanto na educação, como pelas situações de preconceito racial vivenciados ao longo da vida em nossa sociedade.

As desigualdades raciais no Brasil estão em todos os lugares, até mesmo nas nossas escolas, onde deveria ser o lugar de direitos iguais para todos. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1999 a 2009 nos mostram que o negro sempre esteve em desvantagem em relação aos brancos. Vimos que isso parte, na maioria das vezes, na forma como o aluno é tratado pelo professor, alunos brancos e negros são tratados de maneiras diferentes, desde a sua chegada na escola, pois como vemos em Cavalleiro (2010),



alunos negros são tratados com frieza na escola e escutam toda forma de comentários não respeitosos e são mais castigados na escola.

Santana (2013) nos mostra que a discriminação e o preconceito racial ocorrem através do mecanismo intra-escolar, o que pode levar ao abandono escolar pelo aluno negro em número superior ao abandono escolar do aluno branco. Ela diz que “O currículo, a metodologia, os livros didáticos a prática dos professores e a gestão da escola têm contribuído para que os alunos negros tenham baixo rendimento escolar” (SANTANA, 2013, p. 37).

Para nos ajudar a entender as desigualdades raciais que são produzidas no ambiente escolar, trazemos as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que nos ajudam a compreender que o estado deve oferecer educação de qualidade a todos, igualmente. E, com a aprovação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas, as diretrizes nos orientam a criar projetos com o intuito de sermos comprometidos em combater o racismo, valorizar a identidade negra e reconhecer a história de resistência dos povos que foram escravizados. Este trabalho deve ser realizado por professores preparados, que atendam crianças negras e não negras da mesma forma e, que saibam agir nas situações de racismo e desrespeito com o próximo, desenvolvendo projetos que colaborem para a formação e valorização da identidade negra. Uma vez que a escola deve assegurar o direito de educação a qualquer cidadão. De acordo com Brasil (2013, p. 501) “Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação”. Diz ainda, que “apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto, sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana” são formas de desqualificação do negro e de sua cultura.

A escola oferece a possibilidade para que as crianças conheçam pessoas com culturas diferentes, aprendam a socializar com outras crianças e a dialogar. Conhecendo culturas diferentes a criança constrói um referencial diversificado e de respeito ao outro. Conhecerão que há povos afro-brasileiros e muitas crianças se reconhecerão como negras, e outras, como não negras, mas com o pensamento da igualdade humana.



Esse sentimento de discriminação que perdura até a atualidade foi agravado no período da pós-abolição, em que os negros tiveram sua liberdade declarada, entretanto, não foi criada nenhuma política que os preparasse para concorrer igualmente com os não negros.

A população negra foi obrigada pelas circunstâncias históricas e sociais a trabalharem como mão de obra barata. Não tendo formação especializada, os negros continuaram sem oportunidades justas e igualitárias por longo período, e ainda, continuaram sofrendo com o preconceito racial.

Esse processo histórico não se ausenta do espaço escolar, por isso, é importante que a escola trabalhe o sentimento de autoestima que pode ser feito ao introduzir nos currículos escolares a história, a arte e os saberes do povo negro. Ou seja, é preciso que os estabelecimentos de ensino assumam a responsabilidade de desenvolver um trabalho pedagógico de combate ao racismo, conforme Brasil (2013, p. 502), em que lemos que as “Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra”. É necessário ainda, que a escola tenha informações sobre a situação racial do país para que possa planejar e desenvolver ações significativas.

As informações acerca das questões de gênero no âmbito das relações raciais também auxiliam na proposição de pedagogias e didáticas mais adequadas. É notório na história e nas relações sociais, que quando se trata de mulheres negras, o preconceito aumenta, pois, de acordo com pesquisas do IBGE (2009), a maior parte delas está envolvida em serviços domésticos, provavelmente, ficam mais distantes da escola, ou seja, as oportunidades de participar do processo educativo é menor para as mulheres negras, o que resulta também em ocupações sociais e ganho econômico menor, pois doméstica negra é o que mais há. Segundo o IBGE/PME, uma em cada cinco trabalhadoras pretas e pardas ainda é empregada doméstica (o percentual exato é 20,1%). Entre as brancas com algumas ocupações, esta proporção é de uma em cada dez (9,9%) (IBGE/PME/2009).

As condições desfavoráveis que a população negra enfrenta, em especial, mulheres, têm explicação histórica, pois são extremamente discriminadas e excluídas das oportunidades sociais. Conforme Hasenbalg (1979, p. 167), “um complexo de circunstâncias históricas atuou no sentido de limitar as oportunidades sócio-econômicas da população de cor durante as quatro décadas seguintes à escravidão”. O autor continua, dizendo que “As desigualdades



sociais entre a população negra não são apenas resultado da herança do regime escravista, mas refletem principalmente as oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição”.

Essas oportunidades desiguais levam os pais das crianças negras a ocuparem espaços e funções sociais pouco reconhecidas. Muitas vezes, a escola não considera esta situação e age afastando cada vez mais as famílias negras e, por consequência, as crianças, filhos e filhas dessas famílias. Cavalleiro (2005, p. 110) diz que “A escola tem sido palco de exclusões e disseminação de preconceito e discriminação, e esta realidade promove aos alunos exclusão e/ou sentimento de inferiorização racial”.

Apesar de o tempo ter passado e ter sido aprovada a Lei 10.639/2003, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, ainda há muito preconceito de raça/cor entre as pessoas, mesmo dentro das escolas. Ou seja, o instrumento legal existe, mas as ações de inclusão das pessoas negras, a valorização das histórias, artes e literatura ainda estão sendo construídas, de maneira muito lenta no âmbito das escolas.

O curso de Pedagogia nos ajuda muito a ter essa reflexão e vontade de lutar para defender os nossos direitos, como povo negro, porém vivemos em um momento atual de um golpe à democracia, que nos leva a limitação de seguir conquistando os direitos iguais para todos.

A obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a História e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (DCNERE's, 2004, p. 17).

Compreendemos que o trabalho com os conteúdos decorrentes da Lei 10.639/2003 nas escolas, traz resultados favoráveis ao processo de construção da identidade negra pelas crianças deste segmento de cor/raça, pois contribui para a elevação da autoestima destas crianças. Ao falar sobre identidade negra, Gomes (2005, p. 44) diz que ela é “entendida como um processo contínuo, construído pelos negros nos vários espaços, institucionais ou não, nos quais circulam”, e, desta forma, podemos compreender que a identidade negra também é



construída pela criança negra durante sua trajetória escolar. Sendo que a autora diz ainda que desta forma, “a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como as outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar e lidar positivamente com a mesma”. Assim, a escola pode contribuir tanto para um significativo aprendizado como a valorização de cor/raça no ambiente escolar.

As meninas Negras na escola estão sujeitas a passar por momentos conflituosos por conta de vários fatores, entre eles, vemos que outras crianças não respeitam as diferenças que existem entre os seres humanos. Assim, quando a menina começa sua vida escolar, ela percebe que é excluída por ser negra e também por ter o cabelo afro.

Desta forma, o(a) professor(a) e a escola têm um grande desafio, que é o de intervir e não permitir que essa situação passe despercebida, ou até mesmo, pensar que seria apenas uma brincadeira. Compreendemos que se desde a infância, uma criança já apresenta atitudes de discriminação e preconceito com seus colegas, tem grandes chances de se tornar um adulto que não respeita diferenças de cor/raça e dentre outras inúmeras diferenças que todos nós seres humanos encontramos entre nós.

A falta de conhecimento em relação à cultura africana gera desrespeito até hoje com pessoas de cor negra. Muito se fala nas leis que temos direitos iguais, mas o que acontece é que nem todos têm as mesmas oportunidades. Desde o fim da escravidão não foi dada nenhuma oportunidade para que os negros se qualificassem para o mercado de trabalho, havendo assim, o sentimento de superioridade do branco sobre a população negra, que sempre foi inferiorizada e, que hoje luta através dos movimentos sociais para que tenhamos realmente direitos iguais.

A escola deve trabalhar conforme a lei 10.639/03 orienta, com ações que mostrem às crianças negras e brancas que a cultura africana foi fundamental e muito contribuiu e contribui com tudo que temos hoje. Assim, as meninas negras podem ser incentivadas a valorizar seus traços físicos e seus cabelos, a se amarem como são e não se reprenderem, encolhendo-se pelos cantos ou afastando-se das outras pessoas, sentindo-se inferiores. A nossa sociedade ainda é preconceituosa e reproduz este sentimento através da família, entre as crianças, pois como já dizia Nelson Mandela: “a criança não nasce racista, ela aprende a ser com a sociedade”, e assim, podemos ver que é verdade, uma vez que nossas crianças



aprendem a discriminar, a serem preconceituosas, vendo adultos que agem de forma preconceituosa.

O cabelo, sem dúvidas, é a forma mais explícita de discriminação, onde outras crianças fazem piadas e excluem crianças negras. Os professores, muitas vezes, também riem de meninas negras, por conta de seus cabelos, não tomam nenhuma atitude ao ver que o aluno negro está sendo discriminado, e assim, a aluna negra se sente rejeitada. Como diz Gomes (2002, p. 47) “[...] a rejeição do cabelo, muitas vezes, leva a uma sensação de inferioridade e baixa autoestima”.

O cabelo de meninas geralmente gera ainda mais comentários maldosos por serem de tamanho maior, uma vez que os meninos, geralmente, cortam baixinho. As meninas são alvos de comentários como: “cabelo de Bombril”, “cabelo ruim” e inúmeros apelidos que denotam a rejeição da criança negra pelo fenótipo dos cabelos, o que pode fazer com que se rejeitem, por perceberem tamanho preconceito quanto a cor negra. Gomes (2002, p. 140) nos diz que “A rejeição do corpo negro pelo negro condiciona até mesmo a esfera da afetividade. Toca em questões existenciais profundas: a escolha da parceira, a aparência dos filhos que se deseja ter”. Explica ainda, que “Nesse caso, estamos diante de uma rejeição que se projeta no futuro, nos descendentes que poderão vir”.

E a escola pode contribuir no sentido de desconstruir o racismo que permeia essas falas, auxiliando as crianças negras no processo de construção de sua identidade.

As relações interpessoais e o racismo que permeia a vida de meninas negras na escola

Inúmeras são as pesquisas que tratam sobre o preconceito racial que ocorre no cotidiano das relações humanas, como vemos em Andrade (2005), Cavalleiro (2005), Gomes (2002), Hasenbalg (1979), Henriques (2001), Jaccoud & Beghin (2002), Kabeya (2010), Santana (2013), Silva (2005) e tantos outros.

Nesta pesquisa encontramos os mesmos fatos, pois as relações entre brancos(as) e negros(as) na escola, não são tão harmoniosas como as pessoas querem deixar transparecer em suas falas. Gomes (2005, p. 46) fala que:



A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.

Vimos que a relação das meninas com os colegas é muito triste, pois eles não interagem com elas, não querem fazer atividades com elas e quando as alunas negras fazem um esforço para interagir, são insultadas com palavrões e ofensas.

Durante a observação pudemos perceber que os colegas menosprezam as meninas negras e quando envolve a formação de grupos, como na educação física ou trabalhos em grupos em sala de aula, os colegas não querem que elas participem de seus grupos, não aceitam desenvolver os trabalhos com elas, até que algum sinta ‘pena’ e chame para o seu grupo.

Durante o grupo focal, ao perguntarmos como é a relação das meninas com outras crianças da escola a aluna “V” conta que “tem um menino na hora do recreio que só passa por mim pra me chamar de gordona”. Ela mostra que não quer assumir que sofre preconceito racial, e sim, por ser gorda. Mas, durante o período de observação pudemos ver que ela tenta ficar o mais próximo possível do modelo do branco, a exemplo do que ocorre em sala de aula, quando só se aproxima de colegas brancas e ela mesma não quer se relacionar com a aluna “A”, que é mais escura do que ela. Ela elogia constantemente as colegas brancas, em falas como essa: “seu cabelo é lindo”.

A diretora não admite que a relação entre as alunas negras e as demais crianças da escola seja de situações de preconceito, ela entende que a culpa é das meninas negras, pois elas que são agressivas. É o que percebemos na fala da diretora da escola, conforme segue: “[...] às vezes, é numa rodinha de meninas conversando, olham pra elas e dão risada, pronto, já querem partir, às vezes, pro braço, porque acham que estão falando delas. Às vezes, não estão falando e só simplesmente porque olharam na direção [...]”.

Cavalleiro (2010, p. 46) nos explica que “[...] a forma de o professor caracterizar a criança negra evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois em muitos momentos o professor julga a criança negra culpada pela discriminação sofrida”.

A aluna “A” demonstra seu desejo de sair da escola, pois não aguenta sofrer sem que ninguém a defenda, onde sofre discriminação pela sua cor e onde vê que seus colegas não se



relacionam com ela. Na entrevista do grupo focal, ela disse: “sofro muito preconceito e minha mãe me trocou de período na escola por isso”. Ela estudava à tarde na mesma escola pesquisada, trocou de período, porém, ainda continua sofrendo com piadinhas e xingamentos. Assim, vemos que a solução não é trocar de período, pois se torna uma solução paliativa, e sim, fazer um trabalho de sensibilização entre os alunos desta escola, que é função dos professores, para que haja mais respeito com as diferenças.

Ao perguntarmos ao professor 4 como as meninas negras se sentem dentro da escola, ele fala que: “Algumas normais, praticam as atividades normais se misturam com o povo, agora tem outra, que ela própria se exclui, fica no canto dela e hora ou outra fala alguma coisa que não deveria falar, que às vezes, provoca certa situação”.

Esse mesmo professor também fala que tem aquela criança que “já traz, às vezes, um preconceito lá de casa, ela não se mistura normal com os outros não, sempre fica na dela, no cantinho dela”. E, da forma como o Professor 4 fala, dá a entender qual é o ‘cantinho’ que a menina negra deve ocupar, como se o ‘cantinho’ da sala fosse o lugar da menina e, desde que ficasse quieta, sem se pronunciar, pois se falasse, iria provocar situações indesejadas, e, que ao falar, ela estivesse saindo do lugar que lhe foi destinado.

A respeito disso, em sua pesquisa na Educação Infantil, Cavalleiro (2010, p. 116) encontrou professores falando sobre o ‘lugar da criança negra na escola’. Ela nos diz que “A criança negra, porém, na fala das professoras, é um indivíduo diferente na escola, o qual tem um espaço demarcado, que não é o lugar comum onde se encontram as demais crianças”.

Mesmo os professores não identificando as cenas em que ocorrem atos de discriminação contra as meninas negras, pois eles dizem que são elas que se excluem, elas se afastam dos demais, como vemos nesta fala do professor. E este professor, assim como a diretora, culpabiliza a vítima, pois ele reforça a ideia de que é a menina que ‘fala o que não deveria falar’ e, que é isso que ‘provoca certa situação’.

Assim, se a criança negra for tratada como culpada e não vítima, desde a infância, ela crescerá com este estigma, e no processo de se tornar adulta, esta ideia se perpetuará. Cavalleiro (2010, p. 40) ao se referir aos negros, diz que: “Tragicamente, estes são, em diversas situações, culpabilizados por se encontrarem em situação precária, pois, supostamente, lhes faltam vontade e esforço próprios para alterar sua condição de vida”. A autora diz ainda que “Essa forma de pensar sobre os indivíduos negros também é utilizada



para justificar a exploração econômica a que estão submetidos, acarretando-lhes outras perdas nos campos, social e econômico”.

Vemos o mesmo tipo de tratamento dado pelo Coordenador 2, quando ele diz que “pelo que a gente percebe, pelo menos, uma que eu conheço um pouco mais, ela se sente na sala, às vezes, ela procura confusão [...]”, e frisa que é “porque ela mesma se sente discriminada e, muitas vezes, ela mesma procura confusão com as demais”. Essa é uma fala no mesmo sentido, de culpar a vítima e, quando os profissionais da educação pensam desta forma, eles agirão também neste sentido e não terão a ação pedagógica adequada para o devido tratamento do problema.

Vemos na fala do Professor 2, que ao se referir às meninas negras, diz que: “elas se aceitam, elas não tem nenhum problema que eu consegui ver até o momento”. Com isso, o professor frisa mais o fato de que “elas se aceitam” e, decorrente desta fala, podemos compreender que ‘se elas se aceitam, elas não causam problemas’, como se o problema sempre partisse delas, da própria vítima do racismo.

O Professor 3 também se refere à mesma menina negra, a aluna “A”, quando fala que “temos uma menina que é problema, problema sério mesmo dentro na sala de aula, está causando tumulto, diferença, então tem problemas sim”. E este professor também a coloca como se ela, a menina negra fosse ‘o problema’, sem considerar as reclamações que ela já fez a professores e à direção da escola em relação aos xingamentos que recebe em sala e nos corredores da escola. E, é novamente, Cavalleiro (2010, p. 76) que nos explica esta situação, falando da criança negra, que: “Impotente diante da pressão racista, ela parte para a violência e, conseqüentemente, é penalizada. Isso transforma-se em estigma”.

A diretora da escola afirma que as meninas negras “são bem acolhidas, é o que eu acabei de falar pra você, a diferença é que algumas têm um comportamento... como é que vou poder te dizer, não é que elas sejam tímidas, elas tem um comportamento na defensiva, não sei porque”.

Nesta fala da diretora vemos que isso de ‘bem acolhidas’ não é bem verdade, pois na fala das meninas, tanto a aluna “V”, como a aluna “A” desejam sair da escola, pois não se sentem bem por causa do que sofrem.

A aluna “V” diz: “quero mudar pro Comendador, eu não vou aguentar o ano todo com esses moleques, eu vou estourar uma hora e dar um muro na cara de cada um”. A aluna “A”



disse: “ainda bem que no meio do ano ou no final do ano eu vou embora, porque eu não gostei dessa escola”.

Ainda que os professores reconheçam em parte ou que grande parte deles não reconheça os conflitos raciais existentes nas relações, esses fatos ocorrem, pois as meninas falam sobre isso. Ao perguntarmos às meninas se ocorrem muitas brigas na escola, a aluna “V” responde: “comigo não ocorrem brigas não, mas com outras pessoas por causa de preconceito de pele”. Na fala dessa aluna, vemos que ocorrem brigas entre os alunos por causa da cor da pele, e ainda assim, os professores não estão conseguindo perceber, ou não dão importância a essas brigas.

A aluna “A” responde a essa pergunta dizendo que “tem um menino no quarto ano que quer me bater porque meu irmão brigou com ele, e meu irmão se escondeu atrás de mim e ele pensa que foi eu que não dei meu irmão”. No relato da aluna “A”, vemos que as brigas acontecem constantemente, e, pelo fato de serem negros, ela e seu irmão sofrem com ameaças, pois de acordo com sua fala, os outros alunos não gostam deles pelo fato de serem negros.

O professor 4 diz ainda, que: “[...] todos os dias acontece algum tipo de conflito na sala de aula”, entretanto, ele não especifica o tipo do conflito, se é de ordem racial ou não, mas, tendo em vista, que a pergunta feita foi específica sobre as relações raciais, ele confirma a existência de conflitos.

E, realmente, os conflitos raciais ocorrem a todo momento, dentro e fora da sala de aula, ainda que não queiramos percebê-los, ou identificá-los como tal. Vemos em Cavalleiro (2010, p. 47) que ainda que os professores não se dêem conta do problema “O racismo é um problema que está presente no cotidiano escolar, que fere e marca, profundamente, crianças e adolescentes negros”.

A aluna “V” relatou que já passou por vários problemas, um deles foi quando colegas mandavam cartinhas, insultando-a por ser negra e gorda, ela diz que não fica quieta quando acontecem situações assim e que logo fala para o professor, porém o professor não toma nenhuma atitude diante dos fatos ocorridos e relatados ao mesmo.

As meninas relatam no grupo focal que o cabelo delas é motivo de muitos xingamentos, como ‘cabelo de fuá’, ‘bombril’, ‘cabelo de esponja de lavar corpo’. Elas vêm com arranjos no cabelo, amarrados ou traçados e os colegas sempre zombam.



Gomes (2002, p. 45) diz que:

Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de bombril) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem). Esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros. São, talvez, as primeiras experiências públicas de rejeição do corpo vividas na infância e adolescência.

Se faz necessário, para uma afirmação da identidade negra, que os professores e a escola trabalhem com os alunos os conteúdos que mostram a participação do povo negro na história da África e do Brasil, com projetos que mostrem as referências afirmativas que se têm na história e na cultura, principalmente, como nos diz a Lei 10.639/03, para que haja uma construção afirmativa da identidade pelas crianças negras, e assim, para que as crianças brancas também quebrem os pensamentos racistas que se construíram no meio, com a sociedade. Vejamos o que diz Andrade (2005, p. 120) em relação a isso: “Se a pessoa acumula na sua memória as referências positivas do seu povo, é natural que venha à tona o sentimento de pertencimento como reforço à sua identidade racial. O contrário é fácil de acontecer, se se alimenta uma memória pouco construtiva para sua humanidade”.

Quando perguntamos qual a opinião da coordenação e direção em relação às meninas negras, se elas gostam de ser negras, o Coordenador 1 disse que “[...] não, certamente ela preferiria ser uma loira, cabelos lisos, de olhos azuis, branca” e a Coordenadora 2 disse “[...] para ser sincera, eu nunca conversei com elas sobre isso, mas eu acredito que sim”. Enquanto que a Diretora disse: “olha, das que eu conversei, nenhuma reclama do que é, não. Pode ser que no íntimo delas, elas gostariam de ser diferente, mas não tiveram ainda, assim, não se abriram ainda para dizer, nem sei se elas tem consciência, que às vezes, elas gostariam de ser diferente”.

Ao fazer a mesma pergunta ao Professor 4, ele responde: “[...] uma pessoa que fica lá no canto dela, que não se mistura com os outros, que não interage nas atividades, que a gente faz praticamente, eu nunca perguntei pra ela, mas se perguntar de repente ela vai responder que não gosta”. Mas, como querer que ela aja de outra forma, se é hostilizada sempre que abre a boca? Se as atividades em grupo ninguém quer fazer com ela?

Nas falas acima, vemos que a maior parte dos entrevistados entende que as meninas não gostam e não querem ser negras. Vemos, entretanto, que a questão racial e das relações



não é trabalhada e, tampouco, é assunto de conversa no ambiente escolar, pois eles partem somente de suposições.

As observações em sala mostraram que as meninas são muito inteligentes, cumprem o dever de alunas com muita dedicação, fazem as tarefas e em relação a isso todos, professores e gestão escolar, confirmam que o rendimento delas é o mesmo de outros alunos.

Portanto, a partir das entrevistas realizadas, podemos analisar que as meninas negras, já possuem o desejo de sair da escola, assim confirmando as pesquisas já feitas, em que se mostra que por serem negras e sofrerem preconceito racial, desistem da vida escolar, assim tendo como resultado profissional, serviços com baixo rendimento e não chegando ao ensino superior, conforme Henriques (2001).

Considerações Finais

As relações das meninas negras da sala observada mostram que os conflitos existentes ainda são vários. Percebe-se que elas não são respeitadas e recebem xingamentos, diariamente, pelo fato de serem negras. São excluídas da realização de diversas atividades, sempre que devem ser feitas em grupo, pelo fato de as outras crianças não as quererem por perto, demonstrando o preconceito racial que existe nas relações. Observa-se ainda, que as meninas sentem o desejo de serem vistas da mesma forma como as demais crianças são vistas, com as suas diferenças, mas, sem desigualdades. Elas já sentem a necessidade de estudarem os fatos que contribuam com a construção e elevação de sua autoestima e, que desta forma, seus colegas também aprendam, para aprender a respeitá-las.

A necessidade de se trabalhar relações raciais na escola está em formar cidadãos que se identifiquem com orgulho por serem negros, crianças que respeitem todas as culturas, professores que se dediquem a aprender para ensinar com qualidade a história e a cultura africana e afro-brasileira, que a instituição educacional faça formações continuadas para professores, com leituras e estudos, para não haver comentários que referendam à falsa democracia racial.

O trabalho que os professores desenvolvem nesta escola sobre relações raciais, ainda está bem aquém do necessário. Os diálogos e conversas estabelecidas são mínimos e o ensino



da cultura e história africana e afro-brasileira não ocorre como determina a Lei 10.639/03. O silêncio diante dos fatos ocorridos é visível e assusta.

A necessidade de um conhecimento maior e aprofundado sobre o tema por parte dos professores também se faz presente, principalmente, através da formação continuada de professores. Vemos que isso pode contribuir com a valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, e assim, as crianças permanecem com a auto-estima mais elevada e também conhecedoras de seus direitos, tendo consciência da real história, a história que se faz presente na sociedade e que cresçam adultos críticos, com conhecimento para não ficar em silêncio.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Construindo a Auto-Estima da Criança Negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. Ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 117-122.

BRASÍLIA. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília. 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito, e Discriminação na Educação Infantil**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Discriminação Racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo. In: MEC/SECAD. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 65-104.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

_____. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? In: **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: Autores Associados, v. 21, 2002. p. 40-51.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.



HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. TD n. 807.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

KABEYA, Renata Barros Abelha. **Alunas negras e trajetórias de escolarização**: perfil da EJA. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2010.

MEC/SECAD. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EdUFF, 2004. (Cadernos PENESB; 5).

SANTANA, Malsete Arestides. **Relações Raciais e Gestão Escolar**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. Ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-37.